



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



## CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2005 - Ingresso

# REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Código 2

## ➤ Língua Portuguesa

### Questão 01

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- A) Adjudicação / mixto / parêntese / avaro
- B) Nascituro / rubrica / silvícola / subitem
- C) Possessória / ex-titular / usocapião / luso-brasileiro
- D) Privilégio / vicepresidente / retro-venda / texto

### Questão 02

Assinale a alternativa em que todas as palavras, isoladamente ou em expressões e frases, estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- A) Analisar / quiseram / taxa judiciária / formalisar
- B) Cessão de direitos / um quê de timidez / chegar à São Paulo / líder
- C) Hoje ele argúi / ontem eu argüi / a anciã pára o trânsito / bônus
- D) Juiz / pôr à venda / raizes / pêlo de gato

### Questão 03

“O cidadão **vem** procurar o Notário e o Registrador porque **crê** na prestância deles e **mantém** a certeza de receber orientação de profissionais qualificados.”

Suponha que, nessa frase, se passe o sujeito **cidadão** para o plural.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que as formas verbais destacadas, na ordem em que aparecem na frase, devem ser substituídas, **respectivamente**, por

- A) vêm, crêem e mantêm.
- B) vêm, crêm, mantêm.
- C) vêem, crêm e mantêm.
- D) vêm, crêem e mantem.

### Questão 04

Leia este trecho, atentando, sobretudo, para as lacunas nele deixadas:

“Recebidos, na semana vindoura, os embargos declaratórios, se o juiz não \_\_\_\_\_ seu convencimento sobre a questão em litígio e \_\_\_\_\_ a decisão já prolatada ou se o embargante não \_\_\_\_\_ novo recurso cabível, consumir-se-á a coisa julgada.”

É **CORRETO** afirmar que, considerando-se a ordem em que aparecem no trecho, essas lacunas devem ser preenchidas, **respectivamente**, por

- A) rever, mantiver e interpuser.
- B) revir, manter e interpuser.
- C) revir, mantiver e interpor.
- D) revir, mantiver e interpuser.

### Questão 05

Assinale a frase em que a concordância verbal está **CORRETA**.

- A) Fazem três meses que eles viajaram.
- B) Não saberiam dizer se o autor ou o réu venceriam a demanda.
- C) Sentir uma coisa e dizer outra caracterizam a pessoa dissimulada.
- D) Sou eu quem resolvo a questão.

### Questão 06

Assinale a alternativa em que tanto a **classe** quanto a **função** da palavra destacada na frase estão **CORRETAMENTE** indicadas entre colchetes.

- A) Aquele advogado argumenta **que** argumenta. [CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CAUSAL / CONECTIVO]
- B) Ele **se** permitiu breve digressão. [PRONOME PESSOAL OBLÍQUO REFLEXIVO / OBJETO INDIRETO]
- C) Não percebi **se** alguém entrara. [CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CONDICIONAL / CONECTIVO]
- D) Um **quê** de sinceridade marcou a entrevista do Presidente. [PRONOME INDEFINIDO / SUJEITO]

### Questão 07

Assinale a alternativa em que o verbo **haver** está **CORRETAMENTE** empregado.

- A) Havia anos seu filho não ganhava presente de Natal.
- B) O usuário finalmente reconhece que a lei mudou havia muito tempo.
- C) Patriotas haverão, muitos, que se apresentarão como voluntários.
- D) Podem haver descontentes em todos os estamentos sociais.

### Questão 08

Assinale a alternativa em que o termo destacado qualifica **CORRETAMENTE** a linguagem a que se faz referência na frase transcrita.

- A) A linguagem **conotativa** é adequada para o ensino das ciências exatas.
- B) A linguagem dos instrumentos notariais e de registro deve ser unívoca, **denotativa**.
- C) “Quadrado é um quadrilátero formado de quatro lados iguais e quatro ângulos retos” é exemplo de linguagem **conotativa**.
- D) Quando diz que “uma velhinha de cem anos mora no coração da floresta”, o poeta está empregando linguagem **denotativa**.

### Questão 09

Assinale a alternativa em que a frase transcrita exemplifica **CORRETAMENTE** a figura de linguagem indicada entre colchetes.

- A) “A vida é breve e Rui, longo.” [ONOMATOPÉIA]
- B) “Amigos, não há amigos.” [PARADOXO]
- C) “Palavras amargas entristecem.” [ANTÍTESE]
- D) “Vendo livros e ele, quadros.” [COMPARAÇÃO]

### Questão 10

Assinale a alternativa em que estão **CORRETOS** o gênero, o número e o grau de todos os substantivos e adjetivos.

- A) Olhos mais grandes que bonitos / Meritíssimo julgador / Pai amicíssimo / Mestre sapientíssimo
- B) O telefonema / o celeuma / duas gramas / o zeugma
- C) Cabeleira castanho-escura / ipês amarelo-ouro / os sem-terra / os decretos-leis
- D) Primeiras-damas / literatura anglo-americana / olhos azulinhos / lamentos débeis

### Questão 11

Assinale a alternativa em que a flexão da forma verbal destacada está **INCORRETA**.

- A) Dez cidades **haviam**-no **reelegido** e seu adversário não fora eleito.
- B) José **interveio** na discussão, apoiando o colega.
- C) Não **abusa** de ambigüidade se você não quer perder o respeito dos amigos.
- D) Os tabeliães **precaveram**-se contra falsificações de assinaturas em documentos.

### Questão 12

“Sabemos que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República.”

Considerando-se a função dos termos e orações que compõem esse período, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a oração cujo sujeito é o substantivo **competências** se classifica como subordinada integrante predicativa.
- B) a última oração do período se classifica como subordinada relativa adjetiva restritiva.
- C) o pronome relativo *tem*, na oração que introduz, a função sintática de sujeito.
- D) o termo **Constituição** exerce a função de complemento agente da voz passiva.

### Questão 13

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **INCORRETA**.

- A) A maior parte dos doutrinadores ensinam que lei complementar é lei ordinária.
- B) Busca-se, nesta hora grave da vida nacional, homens magnânimos.
- C) Os Tabeliães e Registradores somos muito fiscalizados — disse o Notário.
- D) Tudo são risos e alegria no início e, depois, algumas coisas mudam.

### Questão 14

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está **INCORRETA**.

- A) Aquele advogado é conhecedor profundo dos direitos Civil e Penal.
- B) O candidato provou estar quite com o Serviço Militar.
- C) Obrigado — disse-lhe a funcionária antes de sair da sala.
- D) Os inimitáveis Fernando Pessoa e Camões consagram a Língua Portuguesa.

### Questão 15

Assinale a frase em que a regência verbal está **INCORRETA**.

- A) Custava-lhe suportar barulhos.
- B) Informar a processos ele não queria mais.
- C) O preposto deve obedecer à orientação do titular.
- D) Sua argumentação não convencia a ninguém.

### Questão 16

Assinale a frase em que a regência verbal está **INCORRETA**.

- A) Esquecem-se os nobres Deputados de que há compromisso permanente com o decoro.
- B) O único homem de cujos conselhos sinto falta é meu pai.
- C) O velho professor preferiu a aposentadoria que a falta de respeito dos alunos.
- D) Só me lembro de que ele ficou em dúvida quando trouxeram a registro um contrato antigo.

### Questão 17

Assinale a alternativa em que o uso dos pronomes pessoais e do infinitivo está **INCORRETO**.

- A) Certos políticos costumam pensar neles mesmos e em mais ninguém.
- B) É uma vergonha ficarmos inertes, quando todos protestam.
- C) Não viemos aqui para vê-los chorar sobre leite derramado.
- D) O texto ficou ótimo para eu ilustrar e, com certeza, será sucesso.

### Questão 18

Indique a alternativa em que o uso dos modos verbais está **INCORRETO**.

- A) Não desfaça o negócio, que você pode arrepender-se.
- B) Não fosse o amor à família, ele já teria desistido de fazer as provas.
- C) O Meritíssimo Juiz talvez não tenha aplicado corretamente a norma expressa do Código de Processo.
- D) Todos confirmaram que o prêmio tivesse saído para o Rio.

### Questão 19

Considerando-se a estrutura do vocábulo **averbássemos**, é **INCORRETO** afirmar que

- A) **a-** é radical.
- B) **-verba-** é tema verbal da primeira conjugação.
- C) **-sse-** é desinência do pretérito imperfeito do subjuntivo.
- D) **-mos** é desinência da primeira pessoa do plural.

## Questão 20

Leia atentamente este trecho:

“Ei-la aí a cólera santa! Eis a ira divina!

Quem, senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blasfemo, o profanador, o simoníaco? quem, senão ela, exterminar da ciência o apedeuta, o plagiário, o charlatão? quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? quem, senão ela, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? quem, senão ela, precipitar do governo o negociismo, a prostituição política ou a tirania? quem, senão ela, arrancar a defesa da pátria à cobardia, à inconfidência, ou à traição?”

Rui Barbosa

Com base nessa leitura, é **CORRETO** afirmar que

- A) o autor fala de “cólera santa” e de “ira divina”; o correto, portanto, seria estar no plural o pronome **ela** que aparece em cada uma das interrogações seguintes.
- B) o autor usa, como recurso expressivo, a repetição de conectivos, ao enumerar as pessoas maldosas, nas três primeiras interrogações do trecho.
- C) o trecho não é uma seqüência de fatos nem de aspectos; trata-se de uma seqüência de raciocínios e de arazoados, própria da dissertação ou da “oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser”.
- D) os vendedores de indulgências, assim como os agentes públicos que praticam o peculato e a extorsão, não figuram entre os maus que se enumeram no trecho.

## ➤ **Conhecimentos Gerais de Direito**

### **Questão 21**

É **CORRETO** afirmar que, na execução de sentença contra a Fazenda Pública Municipal, inexistindo oposição de embargos, a requerimento da parte exeqüente, deve o Juiz requisitar o pagamento por intermédio

- A) de penhora *on line*.
- B) do Presidente do Tribunal.
- C) do Secretário da Fazenda Municipal.
- D) do sistema BANCEJUD.

### **Questão 22**

É **CORRETO** afirmar que o Tabelião ou Registrador, ao inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social de empregado sua declaração diversa da que deveria ter sido escrita, comete crime de

- A) estelionato.
- B) falsidade ideológica.
- C) falsificação de documento particular.
- D) falsificação de documento público.

### **Questão 23**

Sabe-se que o Oficial do Registro Público, o Tabelião de Notas ou o Tabelião de Protestos estão sujeitos à requisição de certidões necessárias à prova das alegações das partes.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que tal requisição pode ser feita

- A) a qualquer tempo e em qualquer Grau de Jurisdição.
- B) a qualquer tempo, mas somente no Primeiro Grau de Jurisdição.
- C) antes da sentença, mas somente no Primeiro Grau de Jurisdição.
- D) antes da sentença, tanto pela Justiça Comum quanto pela Justiça Especializada.

### Questão 24

Pelo princípio da continuidade do serviço público, entende-se que o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade e que não podem ser interrompidas; daí, a aplicação desse princípio aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

É **CORRETO** afirmar que, quanto ao exercício da função pública, constituem aplicação do princípio da continuidade os institutos

- A) da substituição, da suplência e da delegação.
- B) da submissão, da suplência e da delegação.
- C) da substituição, da suplência e da delegação.
- D) da substituição, da suplência e da legação.

### Questão 25

É **CORRETO** afirmar que são pessoas jurídicas

- A) **de direito privado** as associações, as sociedades e as fundações.
- B) **de direito público externo** os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito nacional público.
- C) **de direito público interno** a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por estatutos.
- D) **de direito público interno** a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por decreto.

### Questão 26

É **CORRETO** afirmar que, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o Juiz, a requerimento de qualquer interessado, lhe nomeará administrador

- A) definitivo.
- B) facultativo.
- C) oficial.
- D) provisório.

### Questão 27

Considerando-se tipos diversos de documento, é **CORRETO** afirmar que

- A) **a cópia fotográfica de documento**, conferida por Tabelião de Notas, vale como prova de declaração de vontade, mas, impugnada sua autenticidade, será, facultativamente, exibido o original.
- B) **a prova** não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.
- C) **o telegrama**, quando lhe for contestada a autenticidade, faz prova mediante conferência com a fotocópia autenticada.
- D) **os documentos redigidos em língua estrangeira**, para ter efeitos legais no País, serão, facultativamente, traduzidos para o português.

### Questão 28

É **CORRETO** afirmar que, para os efeitos legais, se consideram **bens móveis**

- A) as energias que tenham valor econômico.
- B) as energias que tenham valor ideal.
- C) os direitos ideais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações independentes.

### Questão 29

Considerando-se suas especificidades características, é **CORRETO** afirmar que são **bens**

- A) **consumíveis** os móveis cujo uso importa conservação imediata da própria substância.
- B) **divisíveis** os que se podem fracionar com alteração na sua substância, com diminuição considerável de valor ou com prejuízo do uso a que se destinam.
- C) **fungíveis** os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- D) **singulares** os que, embora separados, se consideram de per si, independentemente dos demais.

### Questão 30

Pelo art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal, não há incidência do imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Considerando-se que se trata de uma proibição constitucional, é **CORRETO** afirmar que, **juridicamente**, esse fato se enquadra como

- A) anistia.
- B) diferimento.
- C) imunidade.
- D) isenção.

### Questão 31

Analise estas afirmativas concernentes à homologação de sentença estrangeira e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) A competência para a homologação desse tipo de sentença é do Superior Tribunal de Justiça.
- ( ) Não será homologada sentença que ofenda a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- ( ) Não será homologada sentença que ofenda a ordem nacional, a soberania pública e os bons costumes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

### Questão 32

Analise estas afirmativas concernentes à demarcação de terras e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Poderá o autor requerer a demarcação com queixa de esbulho ou turbação, formulando, também, o pedido de restituição do terreno invadido.
- ( ) Os réus que residirem na comarca serão citados pessoalmente e os não-residentes nela, por carta precatória.
- ( ) Para levantamento do traçado da linha demarcanda, o Juiz nomeará dois agrimensores e um arbitrador.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (F)
- D) (V) (F) (V)

### Questão 33

Analise estas afirmativas concernentes à força probante de um documento, feito por Oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Sendo subscrito pelas partes, esse documento não tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- ( ) Não subscrito pelas partes, esse documento tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- ( ) Sendo subscrito pelas partes, esse documento tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

### Questão 34

Analise estas afirmativas concernentes à responsabilidade tributária de Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação acessória pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem responsáveis.
- ( ) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem responsáveis.
- ( ) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo responsável, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem contribuintes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

### Questão 35

Analise estas afirmativas concernentes à competência para legislar e cobrar o imposto de transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é do Estado da situação do bem ou, ainda, do Distrito Federal.
- ( ) Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é do Município da situação do bem ou, ainda, do Distrito Federal.
- ( ) Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é da União.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

### Questão 36

Analise estas afirmativas concernentes a defeitos do negócio jurídico e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.
- ( ) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- ( ) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito ou o simples temor reverencial.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

### Questão 37

Analise estas afirmativas concernentes à nacionalidade brasileira e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- ( ) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- ( ) Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (V)
- C) (V) (V) (F)
- D) (V) (V) (V)

### Questão 38

Analise estas afirmativas concernentes à classificação dos bens públicos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) São considerados bens **dominicais** os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- ( ) São considerados bens **de uso comum do povo** os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Federal, Estadual, Territorial ou Municipal, inclusive os de suas autarquias.
- ( ) É considerado bem **de uso especial** o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F)
- B) (F) (F) (V)
- C) (F) (V) (F)
- D) (V) (F) (V)

### Questão 39

Analise estas afirmativas concernentes às modalidades de tombamento e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Quanto à eficácia, o tombamento pode ser provisório ou definitivo.
- ( ) Quanto aos destinatários, o tombamento pode ser geral ou individual.
- ( ) Quanto à constituição ou ao procedimento, o tombamento pode ser de ofício, voluntário ou compulsório.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (V)
- C) (V) (V) (F)
- D) (V) (V) (V)

### Questão 40

Analise estas afirmativas concernentes aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- ( ) Ao Juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.
- ( ) O prazo para contestar é de 10 dias.
- ( ) A sentença poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

## ➤ **Conhecimentos Gerais de Direito Notarial e de Registro**

### **Questão 41**

Considerando-se o previsto na Constituição da República, é **CORRETO** afirmar que compete à União Federal legislar

- A) **alternativamente** com os Estados e Distrito Federal sobre registros públicos, emolumentos e custas dos serviços forenses.
- B) **concorrentemente** com os Estados, Distrito Federal e Municípios sobre registros públicos e direito notarial.
- C) **privativamente** sobre registros públicos.
- D) **subsidiariamente** com os Estados, Distrito Federal e Municípios sobre registros públicos e emolumentos.

### **Questão 42**

Considerando-se os prepostos dos serviços notariais e de registros, é **CORRETO** afirmar que

- A) os Escreventes Substitutos responderão civilmente pelos danos que, na prática de atos próprios da serventia, causem a terceiros, assegurado o direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos respectivos Titulares.
- B) os Escreventes Substitutos responderão criminalmente pelos ilícitos penais praticados no exercício da delegação, desde que já responsabilizados civil e administrativamente.
- C) um, entre os Escreventes Substitutos, será designado, pelo Notário ou Oficial de Registro, para praticar todos os atos que lhe sejam próprios, sem exceção, desde que autorizado pelo respectivo Titular.
- D) um, entre os Escreventes Substitutos, será designado, pelo Notário ou Oficial de Registro, para responder pelo serviço nas ausências e impedimentos do Titular, com imediata comunicação ao Juiz Diretor do Foro.

### Questão 43

É **CORRETO** afirmar que os Notários e Registradores estão sujeitos a

- A) acumular o exercício da atividade notarial e de registro com o desempenho de mandato eletivo, uma vez diplomados e empossados.
- B) compatibilizar o exercício da atividade notarial e de registro com o da advocacia ou o de cargo, emprego ou função públicos comissionados, em horários não coincidentes, por força de direito adquirido.
- C) manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros; atender às partes com eficiência, urbanidade e presteza; dar recibo dos emolumentos percebidos pela prática dos atos do seu ofício, cujas tabelas devem ser afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público; e fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que, entre outros, devem praticar.
- D) praticar atos do seu ofício no interesse de cônjuge e de parentes, na linha reta ou na colateral, consangüíneos ou afins, a partir do terceiro grau.

### Questão 44

É **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos atos notariais e de registro será exercida

- A) pelo Curador de Registros Públicos da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro, tal como prevê o Estatuto Profissional dos Notários e Registradores — Lei Federal n. 8.935, de 1994.
- B) pelo Juiz de Registros Públicos da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro, conforme determina a Lei de Organização e Divisão Judiciárias — Lei Complementar Estadual n. 59, de 2001, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n. 85, de 2005.
- C) pelo Juízo competente, que, segundo a legislação do Estado de Minas Gerais, se trata do Juiz Diretor do Foro da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro.
- D) pelo Juízo competente, tal como previsto na repartição de competência da Justiça Comum Estadual, na Constituição da República.

### Questão 45

É **CORRETO** afirmar que aos Tabeliães de Notas compete,

- A) **com exclusividade**, lavrar escrituras, procurações e testamentos públicos.
- B) **com exclusividade**, formalizar juridicamente a vontade das partes.
- C) **com exclusividade**, intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal.
- D) **simultaneamente** com os Escreventes Substitutos, lavrar testamentos.

### Questão 46

Considerando-se o Tabelionato de Notas, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete privativamente ao(à) Titular de um Tabelionato de Notas proceder à lavratura e ao registro de atas notariais.
- B) é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- C) é obrigatória, havendo mais de um Tabelionato de Notas na mesma localidade, a antecipada distribuição dos títulos.
- D) pode o Tabelião de Notas praticar atos de seu ofício igualmente fora do Município para o qual recebeu delegação, mediante prévia autorização do Juiz Corregedor permanente.

### Questão 47

É **CORRETO** afirmar que é atribuição dos Oficiais de Registros

- A) expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis, desde que requeridas por escrito.
- B) praticar os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os Oficiais de Registros de Imóveis e Cíveis das Pessoas Naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- C) praticar os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os Oficiais de Registros de Imóveis e Cíveis das Pessoas Naturais e Jurídicas às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- D) receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação por escrito.

### Questão 48

Considerando-se os emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete aos Estados e ao Distrito Federal fixar o valor deles, observadas as normas previstas em lei federal, a correspondência entre o efetivo custo e a adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, permitindo-se o reajuste de seu valor com a publicação das respectivas tabelas até o último dia do ano, respeitado o princípio da anterioridade.
- B) é competência privativa do legislador federal fixar o valor deles, levando em conta, para tanto, a natureza pública e o caráter social dos Serviços Notariais e de Registro, atendidas as peculiaridades socioeconômicas de cada região.
- C) há previsão legal para cobrança das partes interessadas de quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos, por força da interpretação analógica.
- D) serão cotados os atos relativos a situações jurídicas sem estimativa financeira ou de conteúdo econômico inestimável tendo em conta a capacidade contributiva do interessado, observando-se faixas previamente estabelecidas com valores mínimos e máximos para grupos de atos específicos de cada serviço.

### Questão 49

Considerando-se o previsto na Lei Estadual n. 15.424, de 2004, é **CORRETO** afirmar que

- A) as averbações feitas de ofício, as concernentes ao transporte de ônus da matrícula e aquelas relacionadas ao encerramento de uma matrícula em razão da abertura de outra ficam sujeitas ao pagamento de emolumentos contidos em tabela própria.
- B) o Notário e o Registrador podem cobrar do usuário emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro escusável do Serviço Notarial ou de Registro.
- C) os emolumentos possuem como fato gerador a prática de atos específicos pelos Titulares dos Serviços Notariais e de Registro e serão pagos pelo interessado que solicitar o ato — pessoa natural ou jurídica —, no seu requerimento ou na apresentação do título, mediante o fornecimento de recibo circunstanciado com a cotação dos valores cobrados à margem do documento a ser entregue ao contribuinte.
- D) os valores recebidos a título de emolumentos e taxa de fiscalização judiciária não serão restituídos se houver desistência do interessado da prática do ato notarial ou de registro.

### Questão 50

Considerando-se que o território do Estado é dividido para efeito da Administração Judiciária, é **CORRETO** afirmar que a Lei Complementar Estadual n. 59, de 2001, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n. 85, de 2005, prevê que

- A) a comarca engloba as circunscrições, distritos e subdistritos judiciários, todos contíguos, e um deles será sua sede.
- B) a comarca se constitui de dois ou mais municípios, reunidos em área contínua, sempre que possível, tendo por sede a do Município que lhe der o nome.
- C) a Corte Superior do Tribunal de Justiça, uma vez instalada a comarca e especificados seus distritos judiciários, autorizará, por meio de resolução a ser expedida por ela mesma, a criação dos respectivos Serviços Notariais e de Registro.
- D) haverá, no distrito sede da comarca instalada, um Serviço de Notas, um Serviço de Registro de Imóveis, um Serviço de Registro das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas, um serviço de Protestos de Títulos e um Serviço de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas.

### Questão 51

É **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos Serviços Notariais, de Registro e da Justiça de Paz, a fim de lhes verificar a regularidade e para conhecer de reclamação ou denúncia apresentada, dar-se-á por meio de

- A) correição extraordinária, de forma geral ou parcial, quando realizada pelo Corregedor-Geral de Justiça.
- B) correição ordinária, de forma geral ou parcial, quando realizada pelo Curador de Registros Públicos, no limite de sua competência.
- C) processo disciplinar, na hipótese de a transgressão disciplinar constar em autos, estar caracterizada em documento escrito, constituir flagrante desacato ou desobediência, podendo ser determinado, como medida cautelar, o afastamento preventivo do exercício do cargo servidor por 90 dias, prorrogável por mais 30, sem prejuízo da remuneração e assegurada a ampla defesa.
- D) sindicância, composta a Comissão respectiva por servidores estáveis, para apurar fato ou circunstância para determinação de responsabilidade disciplinar do Notário, do Registrador ou do Juiz de Paz.

## Questão 52

Nos termos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, bem como do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que a homologação de convênios entre a Administração Pública direta e indireta do Estado e os Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais, que visam à prestação de serviços de interesse da comunidade local ou de interesse público, é atribuição administrativa

- A) da Corte Superior do Tribunal de Justiça.
- B) do Corregedor-Geral de Justiça.
- C) do Juiz Diretor do Foro.
- D) do Presidente do Tribunal de Justiça.

## Questão 53

É **CORRETO** afirmar que, nos termos do seu Regimento Interno — Resolução n. 420, de 1º de agosto de 2003 —, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se organiza e funciona pelos seguintes órgãos, sob a direção do Presidente,

- A) Presidência, Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência, Terceira Vice-Presidência, Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Conselho da Magistratura, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, Comissões Especiais Permanentes, Comissões Especiais Temporárias e Memória do Judiciário Mineiro.
- B) Presidência, Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Câmaras Cíveis, Câmaras Criminais, Câmara Especial para Julgamento de Agentes Políticos, Câmara Especial para Julgamento de *Habeas Corpus* e outras Medidas Urgentes, Conselho da Magistratura e Conselho Estadual da Justiça.
- C) Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Grupo de Câmaras Cíveis, Grupo de Câmaras Criminais, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Conselho da Magistratura, Câmara Especial de Férias, Comissões Permanentes e Comissões Temporárias.
- D) Tribunal Pleno, Órgão Especial, Corregedoria-Geral de Justiça, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, Conselho da Magistratura, Comissões Permanentes e Temporárias e Conselho Estadual de Justiça.

### Questão 54

Considerando-se o que dispõe a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, bem como o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais — Resolução n. 420, de 1º de agosto de 2003 —, é **CORRETO** afirmar que o julgamento de recursos contra atos ou decisões do Corregedor-Geral de Justiça, bem como dos Juízes de Direito, referentes a reclamações sobre percepção de custas ou emolumentos, compete, no Tribunal de Justiça,

- A) à Corte Superior.
- B) às Câmaras Cíveis Isoladas.
- C) ao Conselho da Magistratura.
- D) ao Tribunal Pleno.

### Questão 55

Considerando-se o disposto na Lei n. 6.015 — Lei dos Registros Públicos —, de 1973, e na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, é **CORRETO** afirmar que a deflagração do processo de dúvida relativo aos registros públicos

- A) independe de prévia prenotação do título no Livro-protocolo do Serviço de Registro, pois tal via processual é adequada à resolução de consultas, caso em que será decidida pelo Juiz Diretor do Foro.
- B) interrompe a contagem do prazo de 30 dias que garante a prioridade do registro até sentença judicial passada em julgado, possibilitando o acesso de títulos contraditórios perante o fólio real.
- C) pressupõe a existência de título prenotado no Livro-protocolo do Serviço de Registro e a formulação de exigência por escrito do Oficial, relativamente a que não se conforme ou a que não possa satisfazer o interessado.
- D) não impede o registro de título contraditório com número de ordem superior no Livro-protocolo, relativamente a que não tenha sido formulada exigência.

### Questão 56

Considerando-se o princípio da publicidade, é **CORRETO** afirmar que

- A) a alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida deve, de regra, em proteção ao interesse do terceiro de boa-fé, ser mencionada obrigatoriamente pelo Oficial, não obstante as especificações do pedido, sob pena de sua responsabilidade civil ou penal.
- B) a certidão será lavrada apenas em inteiro teor ou em resumo, não podendo ser retardada por mais de cinco dias úteis.
- C) o Oficial que receber alguma petição fornecerá nota de entrega, devidamente autenticada, ao interessado, desde que solicitado a fazê-lo.
- D) os Oficiais e os Encarregados dos Serviços de Registro sujeitos ao regime estabelecido na Lei dos Registros Públicos — Lei n. 6.015, de 1973 — são obrigados a lavrar certidão somente do que lhes for requerido por escrito.

### Questão 57

Considerando-se os atos praticados pelos Oficiais Registradores sujeitos ao regime estabelecido na Lei dos Registros Públicos — Lei n. 6.015, de 1973 —, é **CORRETO** afirmar que

- A) a **averbação** consiste em qualquer alteração no registro já existente, só podendo ser praticada mediante sentença judicial, pois atinge o direito da parte.
- B) a **comunicação** e a **anotação** independem de qualquer provocação do interessado ou de ordem judicial, constituindo-se atos de ofício, privativos e obrigatórios, em exceção ao princípio da instância, pois visam a dar segurança às relações jurídicas, notadamente nas remissões recíprocas entre um e outro(s) assento(s).
- C) a **transcrição** é ato praticado na coluna específica do Livro de Registro, à margem do assento, e, na sistemática da legislação concernente aos Registros Públicos, pode ser averbada por ordem judicial para inserção de dados não constantes no assento original.
- D) o **registro** equivale ao assentamento propriamente dito, distinguindo-se, assim, da designação genérica que engloba a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.

### Questão 58

O procedimento registral tem início com o desempenho da função qualificadora, que consiste no exame prévio dos títulos e documentos exibidos para registro, em sentido amplo.

Considerando-se que tal função tem por escopo garantir a segurança e a eficácia dos atos jurídicos previstos na lei civil, é **CORRETO** afirmar que

- A) o exame formal dos títulos se circunscreve, em linhas gerais, aos planos da legalidade das formas extrínsecas e intrínsecas, da validade, própria dos negócios jurídicos, e à concordância de seu conteúdo com os assentos registrais, cabendo ao Registrador examiná-los à luz dos princípios normativos dos registros públicos, bem como das imposições das legislações tributária e previdenciária, sob pena de responsabilidade civil, criminal e funcional.
- B) o exercício da função qualificadora se cinge aos títulos extrajudiciais, posto que a legislação estabeleceu hierarquia dos títulos em razão de sua procedência, excluindo de tal exame prévio os títulos de origem judicial, por força da autoridade da coisa julgada.
- C) o Oficial Registrador, ao qualificar título de procedência judicial, pode controlar a legalidade da ordem mediante o exame da competência do Juízo, a congruência do mandado com o procedimento seguido, os fundamentos da decisão, as formalidades extrínsecas do instrumento apresentado e os eventuais obstáculos que surgirem do cotejo entre o título, os dados e os elementos contidos nos assentos anteriores, porque seu acesso ao serviço acarretará efeitos sobre terceiros não-intervenientes no processo, em face dos atributos constitutivo e publicitário *erga omnes* que emanam do registro público.
- D) o princípio da legalidade deixa a critério do Oficial Registrador, profissional do Direito que possui independência no exercício de suas atribuições, deixar de formular exigências antes de consumir o registro, pois o exercício da função qualificadora corresponde a ato administrativo de natureza discricionária.

### Questão 59

É **CORRETO** afirmar que o princípio da especialidade do Registro Público implica

- A) a exigência da perfeita e correta identificação de tudo o que nele se lança, o que pode abranger o objeto do direito real sobre que recai o negócio jurídico, inclusive a dívida por aquele garantida, no que concerne a montante, juros, prazo e condições de pagamento, bem como a completa individualização dos sujeitos do registro, servindo, portanto, de indispensável apoio aos princípios da continuidade e da prioridade.
- B) a exigência da perfeita e correta identificação de tudo o que nele se lança, o que abrange o objeto do direito real sobre que recai o negócio jurídico, inclusive a dívida por aquele garantida, e a completa individualização dos sujeitos do registro, mas sua aplicação constitui exigência exclusiva do Registro de Imóveis.
- C) o asseguramento da constituição de direitos, seja quanto à situação jurídica do imóvel, seja no que concerne à situação de fato, isto é, aos dados de fato incluídos na sua descrição, entre eles, os concernentes à área.
- D) o impedimento do registro de título por meio do qual se faça alienação de imóvel *ad corpus*.

### Questão 60

Considerando-se os princípios da presunção e da fé pública, é **CORRETO** afirmar que

- A) a ação de retificação do registro tem por objetivo restaurar o paralelismo entre a tábula e a realidade, podendo ser suscitada por nulidade material ou formal do título, mas não da própria inscrição.
- B) o cancelamento judicial do registro público pode ser direto ou indireto e não pressupõe pronunciamento com trânsito em julgado, visto que pode ser obtido mediante antecipação de tutela.
- C) o princípio da fé pública não restringe o alcance da ação de retificação do Registro Público, já que é oponível também ao terceiro adquirente de boa-fé, como meio de promover a segurança jurídica.
- D) os Códigos Civis de 1916 e de 2002 adotaram somente o princípio da presunção, que abrange todo e qualquer direito registrado — não apenas o direito de propriedade —, reforçando a eficácia do registro, sem, no entanto, a tornar saneadora, assim protegendo a segurança jurídica do titular do domínio em detrimento ao interesse do eventual adquirente deste.

## ➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos**

### **Questão 61**

Considerando-se as funções do registro no Cartório de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que o documento assim inscrito

- A) adquire eficácia legal, vinculando as partes envolvidas no cumprimento dos direitos e obrigações que descreve.
- B) afeta o objeto da relação jurídica, visando a criar o cadastro da propriedade móvel, como sucede com o registro de bens imóveis.
- C) prova a data do negócio, ante a obrigatoriedade da transcrição dos atos na seqüência da apresentação.
- D) tem garantidas sua perpetuação e sua conservação, mediante registro facultativo.

### **Questão 62**

Considerando-se a realização do registro no Cartório de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que, entre os negócios jurídicos a ele sujeitos, se inclui

- A) a cessão de crédito.
- B) a fiança.
- C) o contrato de locação.
- D) o penhor mercantil.

### **Questão 63**

Considerando-se o instituto do penhor, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a lei civil dispensa o documento público para a constituição do penhor, mas a forma escrita é da essência do ato.
- B) a retenção e a apropriação dos frutos da coisa, em razão da posse, são efeitos imanescentes ao penhor.
- C) o penhor comum se constitui pela tradição e não, pelo registro no Cartório de Títulos e Documentos.
- D) os efeitos do penhor comum e de suas demais espécies sobre terceiros se produzem após o registro no Cartório de Títulos e Documentos.

### Questão 64

Considerando-se a validação dos direitos reais de garantia, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a especialização do penhor, da hipoteca e da anticrese consiste na enumeração pormenorizada, em documento, dos elementos caracterizadores da obrigação e da coisa dada em garantia.
- B) o credor, na expropriação judicial, não sendo o bem dado em garantia suficiente para pagar a totalidade da dívida, pode, pelo crédito sobejante, prosseguir a execução, com a garantia, até o integral pagamento.
- C) o pacto comissório é vedado aos credores de dívida garantida por penhor, por anticrese ou por hipoteca.
- D) o vencimento antecipado da obrigação garantida ocorre no caso de o devedor cair em insolvência ou falir.

### Questão 65

Considerando-se a caracterização da propriedade fiduciária, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a propriedade de coisa móvel fungível é transferida, pelo Código Civil, como garantia ao credor, a título resolúvel.
- B) a venda da coisa independe de hasta pública ou de avaliação judicial.
- C) o alienante, com a constituição da propriedade fiduciária, continua na posse direta do bem pelo constituto possessório.
- D) o alienante não pode, na alienação fiduciária ligada ao mercado de capitais, exercer o direito de retenção pelas despesas realizadas.

### Questão 66

Considerando-se a compra e venda com reserva de domínio, é **CORRETO** afirmar que, nesse tipo de pacto adjeto,

- A) a propriedade não se transfere com a tradição ao adquirente.
- B) a regra do *res perit dominus* incide, já que a propriedade do bem não é transferida ao comprador.
- C) o comprador se qualifica como depositário, sujeitando-se, assim, à prisão civil.
- D) o registro dele no Cartório de Títulos e Documentos, em se tratando de móveis, no domicílio do credor, é imprescindível para valer perante terceiros.

### Questão 67

Sabe-se que a notificação pode ser judicial ou extrajudicial, caso em que deve ser realizada no Cartório de Títulos e Documentos.

Se optar por esta última forma, o credor deve considerar que há, no texto legal, expressa previsão para

- A) constituição em mora no caso de alienação fiduciária.
- B) constituição em mora no caso de venda com reserva de domínio.
- C) denúncia da locação por prazo indeterminado.
- D) exoneração dos fiadores e avalistas.

### Questão 68

Considerando-se a escrituração no Cartório de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o registro mediante sistema de microfilmagem é facultado, dispensando-se, com isso, o lançamento prévio dos títulos, documentos e papéis no Livro **A**.
- B) o registro no Livro **B** pode ter por finalidade, entre outras, a conservação e a perpetuação do título ou documento.
- C) o registro no livro resumido torna o título operativo em relação a terceiros e, também, autêntica a data consignada.
- D) os documentos em língua estrangeira, para serem registrados por extrato, devem ser, necessariamente, traduzidos.

### Questão 69

Considerando-se a realização do contrato de parceria e de arrendamento, é **CORRETO** afirmar que

- A) o contrato agrário pode ser interrompido no caso de alienação de imóvel rural, cabendo, então, ao alienante ressarcir os possíveis prejuízos do arrendatário ou do parceiro.
- B) o prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionado pelas partes, será de, no mínimo, três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita .
- C) os contratos agrários podem ser provados por testemunhas, desde que o contrato não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente ao tempo da celebração.
- D) uma remuneração fixa se verifica, na parceria e no arrendamento rurais, como contraprestação pelo uso do imóvel, independentemente do sucesso do empreendimento.

### Questão 70

É **INCORRETO** afirmar que, entre os seguintes entes, o que se considera **despersonalizado** é

- A) a corporação.
- B) a herança jacente.
- C) a massa falida.
- D) o condomínio.

### Questão 71

Considerando-se a adoção, pelo novo Código Civil, da teoria da empresa, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a sociedade controlada é aquela cujo capital é possuído por outra, que tem maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da Assembléia Geral e poder de eleger a maioria dos administradores daquela.
- B) a sociedade cooperativa tem como característica, entre outras, a vedação da transferência das cotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- C) o empresário casado pode, com a vênua conjugal, alienar os imóveis que integram o patrimônio de sua empresa ou gravá-los com ônus real.
- D) quem exerce profissão intelectual não é considerado empresário, salvo se o exercício da profissão constituir atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

## Questão 72

Analise estas afirmativas concernentes a constituição e funcionamento da fundação:

- I. Pode ser instituída por documento público ou testamento, com dotação especial de bens livres, destinação específica e forma de administração.
- II. Para que se possa alterar o Estatuto de uma fundação, faz-se necessária a aprovação de dois terços dos gestores ou representantes, vedada a alteração do fim a que se destina, desde que passando pelo referendo do *Parquet*.
- III. O novo Código Civil diminuiu o prazo — de um ano para 10 dias — para a minoria vencida arguir a nulidade de uma alteração estatutária.
- IV. Constituída uma fundação, em razão do princípio da irrevogabilidade da declaração de vontade do instituidor, este é obrigado a transferir os bens dotados, sob pena de suprimimento judicial.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- D) as quatro afirmativas estão corretas.

## Questão 73

Considerando-se as funções do Serviço de Pessoas Jurídicas, é **CORRETO** afirmar que, nele, são registráveis

- A) as associações religiosas, as sociedades não-empresárias e as cooperativas.
- B) as cooperativas, os pactos antenupciais dos empresários e as fundações.
- C) as fundações, as associações desportivas e as sociedades em comandita simples.
- D) as sociedades simples, as sociedades por ações e as sociedades em comum.

### Questão 74

Considerando-se a cobrança dos emolumentos nos contratos de arrendamento que envolvem safras de café sem valor declarado, é **INCORRETO** afirmar que,

- A) em sendo o contrato de prazo determinado, o enquadramento tem como parâmetro o valor de R\$ 240,00, multiplicado pelo número de meses de vigência deste.
- B) em sendo o contrato de prazo indeterminado, o enquadramento tem como parâmetro o valor de R\$ 2.880,00.
- C) envolvendo bens patrimoniais de valor não declarado, o enquadramento do contrato de comodato, da carta de anuência ou da parceira agrícola também obedece às mesmas regras estabelecidas de cotação de emolumentos.
- D) seja o contrato por prazo determinado ou indeterminado, o enquadramento tem como limite o valor de R\$ 2.880,00.

### Questão 75

Considerando-se a classificação legalmente estabelecida de bens, é **INCORRETO** afirmar que são considerados(as) **móveis**

- A) as pertenças com destinação mobiliária.
- B) os direitos à sucessão aberta.
- C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- D) os direitos reais sobre objetos móveis e ações correspondentes.

### Questão 76

Considerando-se a realização de contrato de arrendamento mercantil, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a aquisição pelo arrendatário de bens arrendados em desacordo com as disposições legais desnatura o negócio jurídico para uma compra e venda a prestação.
- B) as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e que operem crédito imobiliário estão autorizadas a promover arrendamento imobiliário especial, com opção de compra dos imóveis que tenham arrematado, adjudicado ou recebido em dação ou em pagamento.
- C) o inadimplemento do devedor torna admissível a busca e apreensão do bem arrendado, bem como sua conversão em depósito, visando-se, desde logo, à sua restituição.
- D) o preço de compra e venda corresponde ao total das contraprestações pagas durante a vigência do arrendamento, acrescido da parcela paga a título de aquisição.

### Questão 77

Sabe-se que, para a validade dos contratos, é imprescindível a manifestação da vontade das partes contratantes.

Assim sendo, considerando-se os defeitos dos negócios jurídicos classificados como vícios de consentimento, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a **lesão** consiste na prestação desproporcional a que se obriga alguém em razão de sua inexperiência ou premente necessidade.
- B) a **simulação** consiste na realização de um negócio jurídico verdadeiro, mas feito com intuito de prejudicar terceiros ou de burlar a lei.
- C) o **erro** consiste numa noção inexata sobre alguma coisa ou pessoa, que dá uma falsa concepção da realidade.
- D) o **estado de perigo** consiste no temor de grave dano ao contratante ou a outrem, mesmo que não seja familiar, dano que impõe assumir uma obrigação excessiva.

### Questão 78

**A** e **B** formularam um negócio jurídico de compra e venda de um bem imóvel, consistente em um lote de 250 m<sup>2</sup>, urbano, no valor de R\$ 8.000,00, mediante instrumento particular. Na qualidade de adquirente, **A** levou o documento a registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Na oportunidade, o Registrador suscitou dúvida junto ao Juiz competente, ao argumento de que, embora o registro no Cartório de Títulos e Documentos tenha atribuição supletiva em relação aos demais registros, a compra e venda de imóveis depende da forma pública, sendo, portanto, da competência do Tabelionato de Notas, enquanto o registro do título translativo de domínio por ato *inter vivos* ou *causa mortis* é da atribuição exclusiva do Cartório de Registro de Imóveis.

Considerando-se a situação descrita, é **CORRETO** afirmar que, nesse caso, a decisão consiste em o Juiz julgar a dúvida

- A) **improcedente**, cabendo à parte interessada apresentar novamente os documentos para que o Registrador, à vista do mandado ou da certidão da sentença, proceda ao registro, lançando no protocolo o resultado.
- B) **procedente**, devolvendo à parte interessada os documentos trazidos e dando ciência também ao Registrador para lançar no protocolo o deslinde e proceder ao cancelamento da prenotação.
- C) **procedente, em parte**, tão somente com relação à atribuição conferida ao Cartório de Registro de Imóveis para o registro do título translatício de domínio de direitos reais, já que, supletivamente, o contrato particular pode ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos, embora sem os fins específicos daquele outro Cartório.
- D) **procedente, em parte**, tão somente com relação à atribuição conferida ao Tabelionato de Notas para a lavratura da escritura pública, que é da essência do ato, já que o documento público pode ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos supletivamente.

### Questão 79

Considerando-se a natureza e caracterização das certidões e traslados, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a certidão pode ser de inteiro teor, em resumo ou em relatório, conforme quesitos, devendo ser fornecida no prazo máximo de cinco dias.
- B) as certidões, por força do princípio da instância, devem obedecer às especificações do pedido, inobstantes as alterações posteriores.
- C) ambos são considerados instrumentos públicos, uma vez tendo sido os originais produzidos em Juízo, como prova de algum ato.
- D) ambos têm força probante idêntica ao instrumento ou documento lançado nos livros do Serviço.

### Questão 80

Considerando-se as implicações da cessão de crédito, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a cláusula proibitiva da cessão de direitos, em havendo previsão no instrumento, pode ser oposta, ainda que o cessionário esteja de boa-fé.
- B) o cedente, de regra, se responsabiliza pela solvabilidade do devedor, vez que, pelo instituto da cessão, não há substituição absoluta, na posição contratual, entre cedente e cessionário.
- C) o devedor é considerado notificado da cessão de crédito se declara a ciência do ato em escrito público ou particular.
- D) o devedor, em tendo sido notificado de mais de uma cessão, fica desobrigado se paga ao cessionário que lhe apresenta, como título de cessão, o da obrigação cedida.